

NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 14/Set

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2412/2020



DISTRITO FEDERAL

PLANTÃO OLHO VIVO

SINDICATO DOS VIGILANTES DO DF **SETEMBRO/2020**

HOSPITAL REGIONAL DE CEILÂNDIA COLOCA CONDENADOS PELA JUSTIÇA NO LUGAR DE VIGILANTES, EM GREVE POR FALTA DE PAGAMENTO DE SEUS SALÁRIOS

Nesta segunda, 14/09, os vigilantes da empresa Ipanema, que prestam serviço na Secretaria de Saúde (hospitais, postos de saúde, upas e outras unidades de saúde) decretaram greve pois não receberam seus salários até a presente data.

A empresa Ipanema é recorrente no atraso de pagamento de seus empregados que prestam serviço na Secretaria de Saúde do DF, e apesar de todos os apelos desta entidade laboral junto ao GDF (tomador de serviços) e à própria direção da empresa, nada foi feito. Diante disso, o Sindicato dos Vigilantes anunciou a paralisação das atividades nesta segunda, a partir das 07 horas da manhã.

A direção do Hospital Regional de Ceilândia resolveu substituir os vigilantes em greve por pessoas à paisana, condenados pela justiça, que estão no contrato da FUNAP – Fundação de Amparo aos Presos, conhecidos como “funapeiros”. Esses presos têm realizado inúmeros serviços para o GDF em reformas de calçadas, feiras, parques públicos, dentre outros serviços. No entanto, não estão qualificados para exercer a atividade de segurança privada, profissão regulamentada e fiscalizada pela Polícia Federal.

Ao substituir os vigilantes por pessoas sem formação, à paisana, o Hospital Regional de Ceilândia age com irresponsabilidade, desrespeito aos profissionais de saúde que trabalham no local, aos pacientes, à população e aos próprios vigilantes que estão no seu legítimo direito de cobrar seus salários em atraso. Além de tudo isso, a direção do Hospital Regional de Ceilândia coloca profissionais da saúde, pacientes e demais usuários em risco, agindo contra a legislação vigente e estamos encaminhando denúncia à Polícia Federal.

**DIGA NÃO
PARA
SEGURANÇA
CLANDESTINA**

**SUA SEGURANÇA PODE ESTAR EM RISCO
NÃO SE ENGANE. O BARATO SAI CARO**

SEGURANÇA CLANDESTINA É CRIME

A segurança Privada só pode ser exercida por empresas e profissionais especializados devidamente autorizadas pela Polícia Federal - Lei 7.102/1983

Não existe vigilante autônomo. A Carteira Nacional dos Vigilantes (CNV) é o documento de identidade funcional do vigilante. Seu uso é obrigatório durante a prestação do serviço

Porteiro, vigia, controladores de acesso, equipe de apoio, segurança de padaria, etc
>>>>>>>>>> NÃO SÃO VIGILANTES <<<<<<<<<<<<<<

Vigilantes paralisam atividades em hospitais do DF por falta de pagamento

A categoria cruzou os braços nas primeiras horas desta segunda-feira (14/9). Sindicato diz que não há previsão para o retorno das atividades



Vigilantes da empresa Ipanema, que prestam serviço para os postos de saúde do Distrito Federal, unidades de pronto atendimento (UPAs) e para os hospitais regionais de Ceilândia (HRC), Brazlândia (HRBraz), Taguatinga (HRT), Samambaia (HRSam), Guará (HRGu), Sobradinho (HRS), Planaltina (HRP) e para o Hospital Materno Infantil de Brasília (Hmib) cruzaram os braços na manhã desta segunda-feira (14/9).

Segundo informações do Sindicato dos Vigilantes do DF (Sindesv-DF), no total, 1,5 mil trabalhadores paralisaram as atividades nas primeiras horas do dia pelo atraso do pagamento de agosto, em, aproximadamente, sete dias. “A categoria só vai retornar quando o salário estiver creditado nas contas. Não depende mais de nós. Aguardamos o posicionamento da empresa e do governo. São todos vigilantes que prestam serviço para a Secretária de Saúde”, detalhou o diretor de Comunicação do Sidesv-DF, Gilmar Rodrigues.

O deputado distrital Chico Vigilante (PT) também manifestou-se sobre a paralisação nesta manhã. “A orientação é só voltar ao serviço depois que o pagamento estiver na conta. Nas próximas horas, vou fazer contato

com o secretário da Fazenda e com a diretora do Fundo de Saúde e dizer que a categoria está parada e não terá vigilantes nos hospitais, enquanto eles não receberem. A paralisação é porque ninguém não suporta mais o descaso dessa empresa com esses trabalhadores e essas trabalhadoras”, explicou.

Segundo o Sindesv-DF, a paralisação é o caminho para pressionar pelo imediato pagamento aos vigilantes da Ipanema, aflitos com os compromissos vencendo e sem ter como manter o sustento de suas famílias. “São profissionais valorosos, que, nesta pandemia da covid-19, arriscam as suas vidas duplamente e merecem respeito, valorização e compromisso por parte da empregadora e dos tomadores de serviço, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados”, informou trecho da nota.

A Secretaria de Saúde informou ao Metrôpoles que o pagamento para a Ipanema será realizado até terça-feira (15/9). Já a empresa não respondeu até a publicação desta reportagem. O espaço segue aberto para manifestação.

Fonte: Metrôpoles

Sargento da PM é preso, suspeito de matar vigilante em Laranjeiras

A motivação do crime teria sido uma ação trabalhista, diz investigação



O vigilante Hildebrando, morto em agosto passado (Foto: Rede Social/Reprodução)

Já Um sargento da Polícia Militar de Sergipe foi preso nesta quinta-feira (10), durante operação conjunta realizada pelas Delegacias de Laranjeiras e de Maruim, com o apoio da Coordenadoria de Polícia Civil do Interior (Copci) e do Comando de Operações Especiais (COE) da Polícia Militar. Além do PM, dois homens foram presos suspeitos de participar da morte de um vigilante no mês passado, no município de Laranjeiras.

De acordo com as investigações, o vigilante Hildebrando Dias de Oliveira, 52 anos, foi morto no dia 4 de agosto, na sede da empresa em que trabalhava, às margens da BR-101, no município de Laranjeiras. A vítima era funcionário do sargento que, segundo as investigações, é proprietário de uma empresa de vigilância.

De acordo com o delegado Murilo Gouveia, a ação policial resultou no cumprimento de três mandados de prisão e de cinco de busca e apreensão. “Foram presos três suspeitos, o policial militar e dois funcionários dele. Eles foram os autores e executores do crime”, disse

o delegado.

Ainda conforme o delegado, a motivação para a ação criminosa teria sido uma ação trabalhista movida pela vítima contra o proprietário da empresa, o sargento da PM. A ação trabalhista gira em torno de R\$ 51 mil.

O delegado detalhou como os suspeitos agiram na ação criminosa e disse que o homicídio aconteceu com requintes de crueldade. “O crime ocorreu de forma bárbara. As investigações apontaram que foi um crime que marcou muito, foi muito violento. Eles foram ao local, se aproximaram da vítima, simularam um suposto abandono de posto, e enviaram mensagens para o celular da empresa, com o aparelho da vítima”, explicou.

Hildebrando foi dado como desaparecido e o corpo só foi encontrado no dia seis de agosto, às margens do rio Pitanga, em São Cristóvão. Estava com mãos e pés amarrados.

“Diante das informações coletadas no local do crime, a polícia desenvolveu o trabalho investigativo e conseguiu chegar à autoria em aproximadamente 30 dias. Durante as buscas realizadas no decorrer da operação policial, foram apreendidas diversas munições de calibres como 12, 36, 44, 762, 556, 380 e 9mm, além de armas de fogo e aparelho celular. Como resultado da ação policial, também foi confeccionado um auto de prisão em flagrante por posse ilegal de arma de fogo”, disse.

Embora o COE tenha participado da operação junto com a Polícia Civil, a assessoria de imprensa da PM disse ao F5 News não ter conhecimento da prisão do sargento da PM.

Fonte: F5News

FALA CNTV

A Confederação Nacional dos Vigilantes – CNTV acompanhou estarecida as informações sobre este crime bárbaro. Difícil acreditar que nos tempos de hoje, trabalhadores sejam assassinados por seus patrões para que seus direitos trabalhistas não sejam pagos.

O vigilante Hidelbrando era conhecido como trabalhador responsável, cumpridor de suas obrigações, pai e marido zeloso.

Uma perda irreparável.

Estamos acompanhando de perto o desenrolar deste crime e nos colocamos a disposição da família e dos companheiros de Sergipe para o que for necessário.

Rogamos ao pai que receba o nosso companheiro na sua misericórdia e conforto a todos pela sua ausência.

BAHIA

PAGAMENTO DE PROCESSO EM TEMPOS DE PANDEMIA: NOVO AVISO - CHEQUE NO SINDICATO PARA 5 VIGILANTES EX-SENA/EBAL PARA 2ª FEIRA, DIA 14/9



PAGAMENTO DE PROCESSO EM TEMPOS DE PANDEMIA

CHEQUE NO SINDICATO PARA 5 VIGILANTES EX-SENA/EBAL NA SEXTA-FEIRA, 11/09/2020



Imagem retirada da internet

VIGILANTES DE LUTA, SEM PELEGO, SEM PATRÃO!

A luta pelos direitos e contra o calote também tem a liderança da direção do Sindvigilantes/BA em favor dos colegas ex-Sena/Ebal e nesta semana chegou no Sindicato e já ficou pronto os cheques para 5 colegas do processo 1218/2010.

Num momento de pandemia a direção do

Sindicato, que lidera a luta da categoria contra caloteiros, não mede esforços para fazer chegar aos Vigilantes as suas conquistas e seus direitos.

Esperamos os colegas ex-Sena/Ebal do processo 1218 na próxima segunda-feira, dia 14, às 9h no Sindicato. Não deixe de trazer o original e cópias do RG, CPF, prova de residência e CTPS (pagina da foto, verso, pagina do contrato Sena).

É luta.

É conquista para quem tem FÉ na luta!

Parabéns.

PROCESSO 1218.2010.25ª -

SINDVIGILANTES/BA X SENNA/EBAL

- ALEXANDRO SANTOS FRANÇA
- CLAUDIO MELO DE MENEZES
- EDIVALDO BARBOSA DE SOUZA
- EVILAZIO DE ARGOLO BENICIO
- UBIRAILTON DA SILVA NASCIMENTO

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

Médicos não retornam, e perícias agendadas no INSS são suspensas

Presidente do INSS pede desculpas e paciência aos segurados. Órgão afirma que perícias serão retomadas nas agências após inspeções comprovarem adequação dos consultórios



'Nem todos receberam a informação', diz presidente do INSS sobre reagendamento de perícias

Após médicos peritos decidirem não retomar as atividades presenciais nesta segunda-feira (14), o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) decidiu suspender as perícias agendadas até que sejam realizadas inspeções que comprovem a adequação dos consultórios das agências para o atendimento ao público.

“O segurado que tinha agendamento para avaliação pericial, deve desconsiderar e proceder com a remarcação pelo Meu INSS e telefone 135”, informou, em nota, o INSS.

A Associação Nacional dos Peritos Médicos Federais (ANMP) informou que a categoria decidiu não retomar as atividades presenciais após apenas 12 das mais de 800 agências com serviço de perícia terem sido aprovadas em vistorias realizadas pela entidade.

“Mesmo com todo o alarde da pandemia, ainda tínhamos agências sem EPI [Equipamentos de Proteção Individual] até o presente, dentre diversos outros problemas”, afirmou a associação. “Abrir apenas estas agências e

manter fechadas as demais é inviável do ponto de vista gerencial e operacional e causaria potencial caos nas cidades devido a riscos de sobrecarga de demanda”, acrescentou.

O INSS informou que, a partir desta segunda-feira, as inspeções nas agências serão feitas em conjunto com a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. “Comprovando-se a adequação dos consultórios, a perícia retomará o atendimento nessas unidades”, destacou.

Presidente do INSS pede desculpas

Em entrevista à GloboNews, o presidente do INSS, Leonardo Rolim, afirmou que as novas inspeções serão realizadas até quarta-feira e que, com isso, espera-se que seja liberado o atendimento da perícia nas agências.

“Nós avisamos as pessoas que as perícias agendadas para hoje teriam que ser reagendadas, nem todos infelizmente conseguiram a tempo a informação. Nós mandamos por SMS, pelo Meu INSS e por e-mail, mas peço desculpa às pessoas que foram às agências e não conseguiram receber a informação a tempo ou não temos algum acesso a algum meio de comunicação com essas pessoas”, disse.

Ele não soube informar quantas pessoas estavam agendadas para perícia.

“Muito em breve nós informaremos quando estará disponível o agendamento da perícia. Ninguém vai ter nenhum prejuízo, quando for feita a nova perícia e o benefício for concedido, ele será retroativo à data de requerimento original” acrescentou.

Restrição de serviços

As agências do INSS começaram a reabrir nesta segunda-feira no país após quase 5 meses fechadas em razão da pandemia de coronavírus. Em São Paulo, as agências seguem fechadas por decisão judicial. O INSS informou que já recorreu.

Nesta primeira etapa, as agências atenderão apenas segurados agendados para evitar aglomerações.

O agendamento deve ser feito pelo Meu INSS ou pelo telefone 135.

Nesta primeira etapa de reabertura, segundo o INSS, estarão disponíveis para atendimento

presencial os serviços de perícia médica, avaliação social, cumprimento de exigência justificativa administrativa ou judicial e reabilitação profissional.

Solicitações de aposentadoria, pensão, salário maternidade, continuarão sendo feitos remotamente. O presidente do INSS pediu que os segurados tenham um pouco de paciência e prometeu resolver rapidamente os problemas de atendimento.

“As pessoas têm que ter um pouco de paciência e rapidamente esses problemas serão resolvidos. Não falta dedicação à equipe, nós sabemos que precisamos atender as pessoas, nós temos mais de 900 mil segurados que estão com processo de exigência, ou seja, precisam entregar algum documento complementar para o INSS, para esses serviços, as 540 agências estão funcionando normalmente. Quem tem exigências a serem cumpridas pode buscar a sua agência”, afirmou.

Antecipação do auxílio-doença

Ainda de acordo com o INSS, com o retorno do atendimento presencial, somente poderá requerer a antecipação do auxílio (no valor de R\$ 1.045), o segurado que residir em município localizado a mais de 70 km de distância da agência mais próxima, em que haja unidade de atendimento da perícia com o serviço de agendamento disponível.

A antecipação de um salário mínimo mensal será devida pelo período definido em atestado médico, limitado a sessenta dias. Anteriormente, este prazo estava limitado a trinta dias. Os atestados serão submetidos a análise de conformidade pela Subsecretaria de Perícia Médica Federal da Secretaria de Previdência e pelo INSS.

Prova de vida segue suspensa

Segue suspensa, até 30 de setembro, a exigência de recadastramento anual de aposentados e pensionistas, a chamada prova de vida, de acordo com instrução normativa do Ministério da Economia. A partir de 1º de outubro, os segurados deverão buscar a agência onde recebem o benefício para atender à exigência.

Fonte: G1

TRF suspende reabertura de agências do INSS em São Paulo

Retomada estava programada para esta segunda-feira, 14, no entanto, desembargador afirmou que há necessidade de “novas vitórias e apresentação de plano seguro” em razão da pandemia de Covid-19



Neste domingo, 13, o desembargador Peixoto Júnior, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, suspendeu a reabertura das agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no estado de São Paulo.

Na semana passada, o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, confirmou a reabertura das agências do INSS nesta segunda-feira, 14, em todo o país.

O desembargador acatou ação do Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e Previdência Social no Estado de São Paulo (Sinssp), que pediu a suspensão da reabertura e manutenção do trabalho remoto dos servidores “em virtude da pandemia, bem como a deficiência, do órgão, em relação ao Protocolo de Segurança Sanitária para servidores, estagiários, terceirizados e usuários da previdência”.

Peixoto Júnior afirmou na decisão que há a necessidade de “novas vitórias e apresentação de plano seguro” das autoridades de saúde

para reabrir as agências em São Paulo.

“Mesmo com todo o alarde da pandemia, ainda tínhamos agências sem EPI até o presente, dentre diversos outros problemas. Por isso neste momento não será possível o retorno na próxima segunda. Enquanto isso, toda a categoria permanecerá atendendo os pedidos de antecipação remota e demais solicitações que já vem sendo feitas ao longo da pandemia”, escreveu o desembargador na decisão.

“Registro, que há que se preocupar, ainda, com o segurado, que venha comparecer às agências do INSS sem portar EPI – adequado. Neste caso, deverá o INSS também providenciar para que o segurado tenha EPI para que seu atendimento seja tão seguro quanto para os seus próprios servidores”, acrescentou.

Em nota, o INSS informou que as agências seguirão fechadas após a decisão judicial, mas que recorrerá da decisão.

FONTE: [jornalopcao](#)

Brasileiros são contra privatização da Caixa, revela pesquisa



Mais uma pesquisa de opinião reforça: a população é contra a privatização da Caixa Econômica Federal. É o que aponta levantamento feito pela Revista Exame em parceria com o Ideia, instituto especializado em opinião pública. Praticamente metade dos entrevistados (49%) disse discordar da venda da Caixa — o banco 100% dos brasileiros, responsável pelo financiamento de programas e ações sociais do país e também pelo pagamento centralizado do auxílio e do FGTS emergenciais para mais de 100 milhões de pessoas: metade da população.

A pesquisa foi realizada em todas as regiões, por telefone, entre os últimos dias 24 e 31 de agosto. Divulgada nesta quinta-feira (10), ela mostra que apenas 22% dos entrevistados são a favor da privatização da Caixa. O restante das 1.235 pessoas se posicionou neutro (19%) ou não soube opinar (9%).

Editada no último dia 7 de agosto para abrir caminho à venda do banco, a Medida Provisória 995/2020, em tramitação no Congresso Nacional, tem 97% de rejeição na enquete aberta sobre a MP. De um total de 20.024 participações, 19.045 opiniões são contrárias à entrega da estatal à iniciativa privada.

Outra pesquisa, realizada em julho pela Revista Fórum, aferiu que 60,6% das mil

pessoas ouvidas são contrárias à privatização da Caixa Econômica. “Os brasileiros sabem que a instituição é essencial ao país e valorizam a Caixa”, destaca o presidente da Fenae, Sérgio Takemoto. “As pessoas reconhecem que a empresa pública cumpre um papel social imprescindível; especialmente, para a população mais carente e que não é vista pelos bancos privados”, reforça.

Patrimônio

Tanto o levantamento feito pela Exame quanto o da Fórum revelam que, além da Caixa, a sociedade entende a necessidade de preservação de outras estatais. Na pesquisa divulgada nesta quinta-feira, a maioria dos entrevistados (41%) também se posicionou contra a privatização da Petrobras (ante 28% a favor, 20% neutros e 12% que não souberam responder). No levantamento da Fórum, mais da metade dos participantes (57%) rejeita a venda da empresa brasileira de exploração de petróleo.

A preservação da Petrobras e do patrimônio público motivou o ajuizamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) pela Fenae e a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT) no Supremo Tribunal Federal (STF). A ADI 5.624 questiona os

processos de privatização e venda de estatais e suas subsidiárias, a exemplo da Petrobras.

“É exatamente isso que o governo Bolsonaro tenta fazer agora, por meio da MP 995, com a Caixa Econômica”, observa Sérgio Takemoto. O presidente da Fenae explica que a edição da medida provisória é mais uma manobra do Executivo para passar por cima da Constituição e do Legislativo, além de burlar entendimento do próprio STF no julgamento da ADI 5.624, em relação à privatização das chamadas “empresas-mãe”. Segundo o Supremo, elas não podem ser vendidas sem autorização do Congresso Nacional, conforme prevê a Constituição.

“A MP 995 é um claro subterfúgio do governo para fatar e depois vender a Caixa, que tem comprovado ser essencial no socorro à população brasileira; especialmente, nesta crise sem precedentes provocada pela pandemia do coronavírus”, ressalta Takemoto. “Medidas provisórias têm efeito imediato e são instrumentos para situações de urgência e relevância, o que não é o caso da privatização da Caixa Econômica. O governo escolheu justamente este instrumento para ‘passar a boiada’, criar e vender subsidiárias do banco em atividades que são fundamentais para o papel social da Caixa e imprescindíveis para os brasileiros”, reforça o presidente da Fenae.

Um total de 412 emendas à Medida Provisória 995 foram apresentadas por deputados e senadores, mais de uma dezena delas sugeridas pela Fenae. Além disso, 284 parlamentares e entidades da sociedade civil assinam Manifesto da Federação contra a MP e a privatização da Caixa.

A inconstitucionalidade da Medida Provisória 995 e a utilização deste instrumento como manobra do governo para privatizar o banco — sem autorização do Congresso e desrespeitando, além da Constituição, o STF — chamou também a atenção de órgãos de controle do país. O subprocurador-geral do Ministério Público Federal junto ao Tribunal de Contas da União, Lucas Rocha Furtado, entrou com uma representação para que o TCU apure os indícios de irregularidades no processo de venda da Caixa e de subsidiárias do banco.

O documento pede, em caráter cautelar, que a direção da estatal suspenda todos os atos relacionados à privatização até que o Tribunal decida sobre o mérito da questão. Na representação, o subprocurador-geral pede ao TCU a adoção de medida cautelar para suspender os atos relacionados à privatização

do banco público pelo receio de “ocorrer grave lesão ao interesse público e no risco de ineficácia de tardia decisão do mérito”.

No STF, além da ADI 5.624 ajuizada pela Fenae e a Contraf, tramitam outras duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade questionando a MP 995 e a privatização disfarçada de estatais e da Caixa Econômica Federal. Uma delas, protocolada pela Confederação no último dia 31. Na ADI, a Contraf pede a concessão imediata de cautelar para a suspensão dos efeitos da MP 995 e também solicita que o Supremo declare a inconstitucionalidade da medida provisória.

No dia 13 de agosto, seis partidos de oposição ao governo Bolsonaro — PT, Psol, PCdoB, PDT, Rede e PSB — entraram com ADI no STF contra a Medida Provisória 995. Na ação, os partidos também pedem a concessão de liminar para suspender os efeitos da MP.

Outra medida contra a privatização da Caixa é o Projeto de Lei 2.715/2020, que suspende as privatizações até 2022. Como afirma o deputado Enio Verri (PT-PR), um dos autores do PL, “o governo está esquetejando a Petrobras para vender os seus pedaços e agora quer fazer o mesmo com a Caixa”.

A Caixa é a principal operadora e financiadora de políticas públicas sociais, além de geradora de emprego, renda e desenvolvimento para o país. Por meio de áreas estratégicas do banco — como Cartões, Caixa Seguradora e Loterias — a estatal oferece as menores taxas para a compra da casa própria e facilita o acesso a benefícios diversos para os trabalhadores, taxas acessíveis às parcelas mais carentes da população e recursos para o Financiamento Estudantil (Fies), entre outros.

Cerca de 70% do crédito habitacional é feito pela Caixa Econômica e 90% dos financiamentos para pessoas de baixa renda estão na Caixa. Além de moradias populares — como as do programa Minha Casa Minha Vida — o banco público também investe na agricultura familiar e nas micro e pequenas empresas.

Fonte: Congresso em Foco

Contraf-CUT e COE Itaú repudiam demissões pelo banco

Banco descumpre compromisso de não demissão durante a pandemia e desliga dezenas de trabalhadores em todo o Brasil nesta quinta (10)



O emprego foi a pauta principal da reunião, por videoconferência, entre os bancários do Itaú e a direção do banco, nesta quinta-feira (10). O tema, que já estava programado para ser debatido neste encontro, ganhou importância com as dezenas de demissões de bancários em todo o Brasil, realizadas nesta manhã.

Até por isso, a Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú começou a reunião reivindicando a suspensão das demissões. De acordo com denúncias, alguns avisos de desligamentos foram feitos por aplicativos.

“É um absurdo em meio à pandemia que estamos vivendo, as demissões mostram o desrespeito do banco com os trabalhadores, que estão se esforçando tanto num momento como este. Alguns deles foram demitidos por telefone, na frente da sua família, ignorando todo o serviço que prestaram”, declarou Jair Alves, coordenador da COE Itaú. “O banco está descumprindo o que anunciou em março”, completou Jair ao se referir ao comunicado do

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Itaú de que suspenderia as demissões durante a pandemia de coronavírus.

De acordo com o banco, as demissões aconteceram por mudanças no modelo de negócios de alguns processos internos, definidas em 2019 e que não foram implementadas anteriormente por conta da pandemia do coronavírus (Covid-19).

Banco de horas

A reunião continuou com o objetivo de definir um calendário para debater a pauta de negociações. Foi quando o Itaú apresentou os números do banco de horas, acordado durante a pandemia, do fechamento de agências e do turnover no banco.

Depois da apresentação, os bancários encerraram as negociações em repúdio às demissões. A próxima reunião ficou marcada para terça-feira (15).

FONTE: CONTRAF

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF